

A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL E A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO:

análise crítica da atual conjuntura sob as perspectivas de Yascha Mounk e Guy Debord

Diogo Diniz Lima¹

RESUMO

O presente artigo analisa a crise da democracia liberal, notadamente após o início do século XXI. Inicialmente empreende-se um estudo conceitual da democracia em seu atual contexto. Em seguida, passase à análise da atual crise democrática, perpassando desde a perspectiva da correlação dessa com as políticas públicas até a promoção de um diálogo entre as teorias de Yascha Mounk e Guy Debord. O trabalho adota como metodologia o materialismo históricodialético, contrapondo os objetos de estudo sob diversas vertentes, sempre de forma crítica, de modo a afastar o evidente e revelar a essência do tema estudado.

Palavras-chave: Democracia Liberal; Sociedade do Espetáculo; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article analyzes the crisis of liberal democracy, notably after the beginning of the 21st century. Firstly, a conceptual study of democracy in its current context is undertaken, bringing theoretical contributions about central elements to the characterization of the theme. Then, it analyses the current democratic crisis, ranging from the perspective of its correlation with public policies to the promotion of a dialogue between the theories of Yascha Mounk and Guy Debord. The work adopts historical-dialectical materialism as methodology, opposing the objects of study from different perspectives, always in a critical way, in order to remove the evident and reveal the essence of the object studied.

Keywords: Liberal Democracy; Society of the Spectacle; Public policy.

1 INTRODUÇÃO

¹ Doutorando em Políticas Públicas (UFMA). Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça – PPGDIR/UFMA, sob orientação do Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Ramos. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Direito Constitucional – NEDC. Pesquisador da Fundación Carolina, com pesquisa desenvolvida no Departamento de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade de Granada (2011-2012). Advogado. Superintendente Regional do SESI no Maranhão. Email: ddinizlima@gmail.com.



PROMOÇÃO











19,22 SET/2023 CIDADE UNIVERSITÁRIA DOM DELGADO SÃO LUÍS/MA - BRASIL REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

A democracia se constitui como objetivo central da comunidade internacional especialmente após a Segunda Guerra Mundial. O resultado do confronto gerado por regimes nazifascistas de retórica totalitária recordou o mundo dos horrores que podem ser produzidos pelo Estado, ressaltando a importância da existência de regimes democráticos cujos mecanismos de controle de poder quebrassem o ciclo da repetição histórica.

Assim, a ação dos vencedores desse marco histórico do século XX consistiu-se na imposição de modelos democráticos, muitas vezes precariamente construídos, por absoluta inexistência de cultura constitucional e democrática nos países em que foram implantados.

Mesmo que o compromisso com a democracia tenha se estabelecido no pós-guerra, até a década de oitenta o que se verificava eram episódios autoritários em diversos desses países, incluindo o Brasil². Consoante afirma Boaventura de Sousa Santos (1999) a década de 80 apesar de ter sido marcada pelo aumento das desigualdades sociais, com agravamento das condições sociais e das assimetrias entre países ricos e pobres e predomínio claro do discurso neoliberal – que foi amarrado à democracia formal – houve também um processo de acentuação da atuação dos movimentos sociais, queda de regimes autoritários, fim do *apartheid*, entre outros fatos históricos que fizeram da década de 90 um espaço temporal melhor.

É fundamental compreender essa dinâmica relativa ao Regime implantado nos Estados para que se possa repousar vista científica ao agir dos governos.

O sistema de controle do poder político pelo povo engloba uma plêiade de fatos sociais complexos que, sob cada vertente, merece constituir-se em objeto específico do estudo científico. Cuida-se de um processo em constante evolução, sempre merecendo reparos e/ou sofrendo rupturas que carecem de estudo para sua compreensão e para servir de base à estruturação das soluções possíveis. Nesse sentido, seguindo citando Boaventura de Sousa Santos (1999, p. 18):

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-64452015000200259&Ing=en&nrm=iso}. Acesso em 12 de janeiro de 2021.













² Nesse sentido: CHUEIRI, Vera Karam de; CAMARA, Heloisa Fernandes. (Des)ordem constitucional: engrenagens da máquina ditatorial no Brasil pós-64. **Lua Nova.** São Paulo, n. 95, p. 259-288, Ago, 2015. Disponível em:

7,2023
ADE UNIVERSITÁRIA
10 ELGADO
ILUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

outro pilar da tradição intelectual da sociologia é a preocupação com a participação social e política dos cidadãos e dos grupos sociais, com o desenvolvimento comunitário e a acção coletiva, com os movimentos sociais (...) a rapidez, a profundidade e a imprevisibilidade de algumas transformações recentes conferem ao tempo presente uma característica nova: a realidade parece ter tomado definitivamente a dianteira sobre a teoria. Com isso, a realidade torna-se hiper-real e parece teorizar-se a si mesma. Essa auto-teorização da realidade é o outro lado da dificuldade das nossas teorias em darem conta do que se passa e, em última instância, da dificuldade em serem diferentes da realidade que supostamente teorizam. Esta condição é, no entanto, internamente contraditória (...) vivemos assim em uma condição complexa: um excesso de realidade que se parece com um défice de realidade; uma auto-teorização da realidade que mal se distingue da auto-realização da teoria. Numa condição desse tipo, é difícil de reivindicar um ângulo de análise e muito mais, mantê-lo.

Desse modo, a democracia é um fenômeno político inserido nesse contexto de "hipermobilidade" de conceitos e da própria realidade e sua compreensão é fundamental para entender elementos concretos resultantes da ação estatal como as políticas públicas.

Ao mesmo tempo, como dito acima, se a democracia é um valor cada vez mais almejado e defendido pelos Estados, especialmente os ocidentais, não há um consenso sobre modelo democrático ou sobre os instrumentos que qualificam uma democracia. Tendo em conta a conjuntura em que muitos desses regimes populares foram implantados ou retomados nas últimas décadas, há a necessidade rever os estudos sobre o tema democracia, especialmente ante a crise que está sendo vivenciada desde o alvorecer do século XXI. Sobre isso, ainda em Boaventura de Sousa Santos (1999, p. 21):

se a democracia é hoje menos questionada do que nunca, todos os seus conceitos satélites têm vindo a ser questionados e declarados em crise: a patologia da participação, sob a forma do conformismo, do abstencionismo e da apatia política; a patologia da representação, sob a forma da distância entre eleitores e eleitos, do ensimesmamento dos parlamentares, da marginalização e governamentalização dos parlamentares, etc.

Para que essas patologias de que fala o autor sejam sanadas, é fundamental que se supere a democracia clássica formalista de feição meramente representativa para chegar-se a um modelo mais complexo e atual que considere as













complexidades existentes no tecido social e que busque contornar as fissuras severas existentes, especialmente criadas pelo próprio modo de produção vigente.

Esse modelo formalista tem direta ligação com o que o sociólogo Roberto Gargarella (2015) aponta como sendo uma desconfiança presente nos processos constituintes do fim do século XX quanto à desconcentração do poder político e a efetivação de mecanismos de controle popular, em que se optou por manter estruturas político-institucionais tendentes a permitir baixa participação popular e a legitimar-se como democracia formal e censitária.

A democracia meramente formalista, pautada na teoria clássica da democracia do século XVIII funciona, nos regimes constitucionais modernos, como senha de entrada para o clube dos Estados constitucionais, mas quer dizer muito pouco sobre a qualidade do modelo democrático efetivamente implantado, ainda que seus principais elementos estejam presentes, reitera-se que se está a tratar de sua insuficiência, não de sua inexistência, como se verificará na crítica construída no tópico seguinte.

Ocorre que a adoção desse modelo tem um peso e um resultado de longo prazo que é corrosivo para o próprio sistema. Os cientistas sociais José del Tronco e Alejandro Monsiváis-Carrillo (2020) debatem a redução ocorrida na quantidade de democracias liberais nos últimos anos e o retorno de uma retórica autoritária em diversas partes do mundo. Eles apontam para um fenômeno cada vez mais verificado de "erosão democrática".

Para os autores, vive-se uma nova onda de autoritarismo, revertendo os notáveis avanços democráticos ocorridos no final do século XX. Tomando-se apenas o marco temporal entre 2009 e 2019, mais países tornaram-se autocracias do que democracias e, pela primeira vez desde 2001, tem-se mais autocracias do que democracias no mundo. Merece ainda destaque o que chamaram de retrocessos democráticos, os quais estão ocorrendo em eixos de democracia consagrada como na União Europeia, especificamente em Hungria, Turquia, Polônia e, no continente americano, nos Estados Unidos (TRONCO, MONSIVÁIS-CARRILLO, 2020, p. 4).











Em países de tradição democrática recente é fácil que as frustrações circunstanciais com o modelo representativo ou com os resultados da economia conduzam à queda no apoio ao regime democrático. Como acrescentam os sociólogos supramecionados:

En numerosos países la democracia parece haber defraudado las expectativas de las mayorías. Las encuestas de opinión pública reportan que los ciudadanos desconfían de las instituciones políticas, está insatisfechos com el funcionamento del sistema político y cada vez menos perciben que los partidos políticos actúen de forma representativa de los interesses de la colectividad (...) em democracias em desarrollo, en especial, la satisfacción con el desempeño de la democracia influye decisivamente – de manera específica, en democracias no consolidadas – en la preferencia colectiva por este régimen (ob. Cit., p. 5).

Está-se diante de uma crise que se inicia na escolha pelos atuais regimes constitucionais de uma teoria de democracia datada de dois séculos atrás, focada na legitimação formal do processo decisório, mas que necessitaria de elementos que permitissem sua modernização pari-passo àquela observada em toras as esferas da vida social, de modo a aproximar (e não distanciar) a cidadania do poder decisório.

2 ELEMENTOS CARACTERIZADORES DA ATUAL CRISE DEMOCRÁTICA E SUA CORRELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para a caracterização concreta da atual crise, deixou-se para este tópico dois pontos do trabalho de Yascha Mounk (2019), o qual estuda os motivos pelos quais o povo se virou contra a democracia e como salvar a liberdade do perigoso cenário no qual se encontra.

Primeiro, cabe mostrar como o alijamento dos cidadãos do processo de decisão, situação legitimada pelo modelo de democracia formal burguesa no padrão aqui criticado, conduziu para a maior crise de consciência cívica desde o pós-guerra e resultou em mais erosões democráticas do que em novos regimes de liberdade pela primeira vez desde o fim da década de 1940.

Pelo menos desde a década de 1980, o mundo ocidental vive crises econômicas sem número. Seguidas crises do capital que foram resolvidas, como se vai demonstrar a seguir, com sucessivas reformas do Estado e sacrifício das classes













menos abastadas, com um enriquecimento sem precedentes das elites (produtivas ou rentistas). Desse modo, há um certo saudosismo que relaciona os tempos de melhor distribuição da riqueza ou de ascensão econômica de um grande número de trabalhadores aos períodos de maior fragilidade democrática em virtude de conflitos bélicos e de maior expansão econômica, como aquela vivenciada com o ainda vigente imperialismo do século XIX.

Assim, o retorno fortalecido de retóricas autoritárias, sectárias e excludentes tem muita relação com o tipo de governo que regia a sociedade daquela época, com essas características. Há uma equivocada compreensão de que o regresso desse modelo de gestão autocrática e dos seus valores conservadores produziria um resgate dos tempos de maior fluidez da riqueza e consequente maior mobilidade social.

Existe assim uma correlação direta entre a ideologia autoritária que está se tornando cada vez mais perigosa aos regimes democráticos com a economia, a distribuição das riquezas e o acesso a direitos.

Segundo Yascha Mounk (2019, p. 257-259):

Muito da apreensão dos eleitores tem a ver com dinheiro. Em inúmeros países da América do Norte e da Europa Ocidental, o padrão de vida da família média não melhora há décadas. Os jovens não estão se saindo tão bem quanto os mais velhos. A desigualdade está aumentando. À luz das decepções que sofreram nos últimos anos, não é irracional que a maioria das famílias tema que o futuro traga mais dificuldades materiais verdadeiras. Entretanto, a nostalgia com o passado econômico não tem a ver só com dinheiro: também diz respeito ao rebaixamento de expectativas.

Esse rebaixamento de expectativas de que fala o autor liga-se justamente ao julgamento pelos cidadãos em relação a todo o aspecto das prestações públicas, relativas à distribuição de direitos, repartição do fundo público e fortalecimento da igualdade. Há ainda que se observar que está acentuada a tendência relativa ao fim da romantização que classificava o Estado enquanto um agente neutro na gestão dos conflitos internos, incluindo os conflitos de classe.

Todos esses elementos são pautas e a própria razão de existir das políticas públicas. O fracasso do atual modelo de legitimação do Estado que conduziu à crise













democrática acima caracterizada tem a ver, primeiramente com um falseamento ocorrido na arena democrática, depois com a forma como o ente estatal geriu essas políticas e, por fim, com a desconexão dessas com as necessidades sociais e anseios populares.

Ao lado disso, a má gestão nas escolhas e a sensação de não pertencimento ao processo decisório, permitiu a governos anteriores (o que segue presentemente) fortalecer o abismo de desigualdade entre ricos e pobres utilizando a estrutura e o fundo público para tanto. Veja-se o exemplo de Mounk (2019, p. 259) sobre a política americana, mas que se aplica perfeitamente ao Brasil visto que a política de Reagan é a base inclusive para a reforma do Estado brasileiro em 1995, sob a gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso:

Em meio à sensação geral de desesperança econômica, é fácil esquecer que o tamanho total das economias ocidentais continuou crescendo ao longo das últimas décadas. Desde 1986, o produto interno bruto per capita dos Estados Unidos cresceu 59%. O patrimônio líquido do país cresceu 90%. O lucro empresarial aumentou 283%. Porém esses números agregados escondem a distribuição dos ganhos. Só 1% do crescimento total da riqueza de 1986 a 2012 foi para famílias que compõem 90% da base da pirâmide social. Em contrapartida, 42% foi para o 0,1% do topo. O mais impressionante é o quanto os políticos americanos conspiraram para acelerar, em vez de desacelerar, a diferença entre o destino dos riquíssimos e o dos cidadãos comuns. (grifos nossos)

Chega a ser escandaloso compreender que democracias (pós-) modernas, cujas normas constitucionais fundantes reiteram a não poder mais o princípio da igualdade, sirvam, sob o modelo de democracia formal burguesa, a tamanha dilaceração da própria base de sustentação do Estado. Cuida-se de um capitalismo corrosivo da legitimação estatal. Mas é preciso que se acrescente ao entendimento do autor, que essa dinâmica está levando ao fim também o próprio Estado (como delineado atualmente) – e o modelo de sociedade sob ele – que, como está demonstrado por Mounk, age através de seus governos para fortalecer e agudizar tal lógica.

Essa crise de desesperança é vendida – e muitas vezes é compreendida – como gerada naturalmente, sem ação efetiva do corpo político, como um processo







APOIO







de rearranjo da normalidade fruto das transformações tecnológicas que substituíram as pessoas por máquinas ou mudou a forma de produzir. De fato, o avanço tecnológico e a substituição da mão-de-obra são realidades, mas a inércia quanto à busca de novas formas de produzir e de incluir são decisões governamentais. É impossível frear o avanço, mas é possível fazer com que o avanço produza riqueza e que essa riqueza seja partilhada até pela necessidade do sistema na manutenção da demanda para que os seus mecanismos de reprodução permaneçam operantes.

Mesmo que o avanço tecnológico seja irreversível, acrescenta Y. Mounk (2019, p. 261) que "embora as tendências subjacentes de fato escapem ao controle de governos nacionais, os efeitos corrosivos que tiveram no bolso e na postura de cidadãos comuns são resultados do fracasso da política". O autor fortalece seu argumento demonstrando como em duas décadas, o governo americano conseguiu reduzir em quase dois terços o impacto de suas políticas sociais (sendo que no período analisado, parte dele foi de administração do Partido Democrata, com tendência política de centro-esquerda). Sendo assim, as posições econômicas estão diretamente imbricadas com as políticas públicas formuladas e implementadas sob esse modelo.

Isso acaba produzindo um efeito ainda mais nocivo sobre as políticas sociais, o que aumenta o desconforto dos cidadãos com as democracias e aproximaos de discursos populistas e autoritários, conduzindo a democracia a um abismo gerado pelo próprio formalismo que a caracterizou ao longo dos últimos períodos.

3 A CRISE DEMOCRÁTICA EM SUAS RAÍZES: o esgotamento da sociedade do espetáculo

Os elementos apontados pelo professor Yascha Mounk no tópico anterior são elementos caracterizadores e justificantes, no entanto, a atual crise democrática faz parte de um movimento muito mais profundo, de modo que é necessário evidenciar além de seus elementos aparentes, sua essência.













19 a 22 SET/2023 CIDADE UNIVERSITÁRIA DOM DELGADO SÃO LUÍS/MA - BRASIL



REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Tal cerne reside na própria forma como está organizada a sociedade sob o modo de produção capitalista. Para que tal modelo fosse possível, um tipo específico de sociedade precisou ser constituída para servi-lo – e não o contrário.

Sob o regime capitalista há uma completa inversão do regime de necessidades. As necessidade humanas passam a ser aquelas ditadas pela produção. O mundo é basicamente pensado a partir das relações de consumo, da mercadoria para as pessoas. Do ganho para a organização social.

Como proposto por Agnes Heller (1978) ao desenvolver profundamente a teoria das necessidades elaborada conforme obra de Karl Marx, "a gêneses do homem é, no fundo, a gênesis das necessidades" (1978, p. 44). No entanto, inserido em um modelo social de organização, a forma como o ser humano manifesta suas necessidades são reproduções da forma como vive, de modo que suas necessidades são sociais.

A forma como esse modelo posiciona o homem no centro do sistema de necessidades, determina o grau de humanização presente nessa sociedade (HELLER, 1978). No Estado capitalista, a organização está centralmente focada na mercadoria, em sua circulação, nos ganhos dela oriundos e toda a forma de organizar a sociedade e de conviver reproduzirá esse interesse. Desvelar essa realidade é superar a aparência da organização para relevar sua essência, como proposto no método marxiano.

Para que esse constructo permaneça de pé, toda uma forma de pensar e agir precisa ser desenvolvida, buscando alinhar não as pessoas sob um modelo social racional e de ganhos recíprocos como propunham os contratualistas, mas o modelo de uma sociedade de consumo apta a abarcar a produção, prover mão-de-obra sob condições vantajosas e receber do fundo público o mínimo possível para justificar a submissão ao Estado.

Se essa caracterização inicial ainda permanece válida, da mesma forma permanecem diversas das teses construídas por Guy Debord em sua obra A Sociedade do Espetáculo.















19 a 22 SET/2023 CIDADE UNIVERSITÁRIA DOM DELGADO SÃO LUÍS/MA - BRASIL



REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Essa separação substancial entre o modo de vida e o modo de produzir, em que o primeiro orbita dependente e frágil em torno do império do segundo é a essência da sociedade do espetáculo descrita pelo autor e a raiz do problema. Mais do que uma simples crise democrática ou da representação, está-se diante de uma crise civilizatória mais profunda (CASTELLS, 2018), um esgarçamento do modelo de sociedade desenhado para atender à máquina de reprodução do capital.

E aqui cabe seguir trabalhando com a ideia de Manuel Castells (2018, p. 18-19) para apontar um elemento preocupante que demonstra que a crise atual é intrínseca ao próprio modo de produção, diz o autor: "embora a incorporação de milhões de pessoas no mundo de nova industrialização dinamize e amplie o mercado mundial, a fragmentação de cada sociedade e de cada país se acentua".

Essa percepção ilustra muito bem o esgotamento do modelo como está desenhado, conforme defendido nesse trabalho. Mesmo que o capitalismo esteja atuando e ampliando constantemente as fronteiras da industrialização, ampliando o mercado (o número de trabalhadores e, consequentemente, o número de consumidores), as sociedades e países mesmo inseridos nesse sistema seguem fragmentando-se e rechaçando o próprio Estado, indispensável para a organização desse modo de produção.

Há, ainda segundo o autor, uma reação à perda da identidade comunitária, uma oposição à tendência de substituição do sentido de identidade presenciada na atual fase do capitalismo e reprovação às contradições evidentes da globalização e à atuação dos governos em favor do sistema. Como conclui Manuel Castells (1978, p. 21) "na crise, à beira do precipício, os governos salvaram o capitalismo, inclusive com nacionalizações, expondo a falácia neoliberal".

Esse cenário de crise descrito por Manuel Castells é uma ponte para a compreensão entre a explicação das desilusões com a democracia explanada por Yascha Mounk e algo mais profundo que é o enraizamento desse modo de produção na forma de vida da própria sociedade, que é o cerne da teoria de Guy Debord, sobre a qual se vai aprofundar a partir desse momento.













A obra em comento é uma oposição à sociedade do espetáculo, cuja caracterização já era nítida desde os anos 60, quando escrito o trabalho. Guy Debord afirma que essas características estão ligadas a "toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação" (1997, p. 13).

Esse espetáculo do qual trata o autor é a forma manifesta da sociedade capitalista, seu sistema de relações, consumo, poder mediados por imagens. Mas não se constituem apenas de um ornamento, é o resultado concreto de um projeto do modo de produção que necessita de certa irrealidade para seguir com sua forma de operar. Tal caracterização pode ser extraída da análise conjunta das teses quatro e seis:

4

O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens.

6

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real (DEBORD, 1997, p. 14-15).

Essa artificialidade é necessária especialmente à indução da demanda, de um plano de necessidades estruturado em torno da produção. No entanto, para que seja eficaz, seu âmbito de eficácia é muito maior do que o mercadológico, invade diretamente o modo de vida, adentra a esfera do privado (ARENDT, 2004).

Há, ainda segundo o autor, um imbricamento, uma simbiose entre o real e o espetáculo. Na sociedade capitalista, ambos dependem mutuamente, em um processo de alienação no qual "a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo no real. No mundo realmente invertido, o verdadeiro é um momento do falso" (DEBORD, 1997, p. 16).

O aprofundamento dessa forma de vida como espetáculo, como aparência, imprime sentido até mesmo ao que deve ser visto como verdade, o que é induzido a ser aceito e o que deve ser repelido. A união, a unificação da sociedade, se dá por















meio desse vínculo muito mais frágil do que aquele inicialmente pensado pelos contratualistas. Nesse sentido, é rica e de necessário recurso à tese 10 de Guy Debord (1997, p. 16):

O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes (...) o espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação de toda a vida humana, socialmente falando, como simples aparência. Mas a crítica que atinge a verdade do espetáculo descobre-o como a negação visível da vida; uma negação da vida que se tornou visível (...)

Reside nesse ponto da teoria um elemento importante que explica, complementarmente à exposição sobre a teoria de Yascha Mounk, um componente de afastamento das pessoas em relação à organização social em que estão inseridas. As críticas ao espetáculo desvelam-no e sob suas cortinas há uma negação de tudo que está posto como forma de viver.

A rotina está presa num emaranhado de exigências que se afasta cada vez mais dos projetos de vida vistos em gerações passadas. A modernidade aparenta uma superficialidade de isola, que deprime. A vida coletiva resume-se ao superficial e a manifestação política dessa vida coletiva figura como uma farsa parasitária do esforço desprendido.

Nessa crise, a permanente mensagem do espetáculo de que o aparente é o bom e o recomendado, que exige aceitação passiva para seguir se mantendo como discurso hegemônico, vai sucumbindo ao desgaste de uma sociedade imersa em uma crise de legitimidade profunda que o capitalismo parece desinteressado ou incapaz de resolver. Dessa forma, a ideia de que "o fim não é nada, o desenvolvimento é tudo" (ob cit., p. 18) vai sendo exibido como uma das mentalidades condutoras da crise.

Esse constructo teórico de sociedade, plasmado para bem atender ao modo de produção capitalista, exacerbou a não poder mais o individualismo moderno, quase que numa tentativa de fazer perecer a própria natureza coletiva da vida humana. Um indivíduo que não se enxerga no outro não sabe se fazer representar. Não confia, não delega, mas tampouco se submete cegamente a um Estado vandalizado pelo próprio discurso empresarial da efetividade e do Estado mínimo vociferado pelos próprios detentores do capital.

PROMOÇÃO













Nessa sociedade do espetáculo, é necessário observar dois movimentos centrais, o da unidade e da divisão, ambos a ocorrer na aparência. A atomização das pessoas sob seus próprios interesses, a manifestação de capacidades que não necessitam mais da construção coletiva promove profunda divisão e separação. Uma verdadeira fissura no elemento de legitimação do Estado.

Ao mesmo tempo, quando necessário, falsas lutas são criadas no interior dessa sociedade espetacular, promovendo a união minimamente necessária em torno de certos temas de modo que se tenha um consenso sobre temas necessários – mas sem tirar o controle totalitário exercido sobre os rumos da economia por exemplo – sem propriamente reconstruir os vínculos sociais realmente relevantes. Guy Debord ilustra muito bem esse movimento nas teses 54 e 56 (1997, p. 40).

E com isso, o cenário necessário à tempestade perfeita está devidamente desenhado. O capitalismo está erodindo as balizas sustentadoras do Estado – seguindo uma teoria elaborada por Joseph Schumpeter (2017) – não pelas contradições predatórias de seu modelo, mas pelo triunfo de sua lógica de acumulação e aprofundamento das desigualdades, que uma hora retirarão a cobertura aparente que esconde as engrenagens de seu maquinário.

4 CONCLUSÃO

O mundo vive desde o início desse século XXI um de seus momentos mais delicados. Diversos fatores de crise agem ao mesmo tempo, sob diversos agentes, países, sociedades.

Diante da maior crise sanitária dos últimos tempos, de uma crise econômica que persiste por mais de uma década a empobrecer e aprofundar desigualdades, emergência climática, guerras regionais tomando proporções incontroláveis e impensáveis, entre outros fatores.

Há um completo caos em que submergiu a sociedade capitalista moderna e com ela o seu sistema democrático. A democracia, antes um valor inquestionável,













passou a ver vista como uma opção econômica, inclusive pela juventude, acossada pelo desemprego e desesperança.

A sociedade do espetáculo, como descrita por Guy Debord, pautada na aparência e sendo fragmentada e sectária, é o caldo de cultura perfeito para que essa crise exponha as engrenagens mais perversas do capitalismo em sua fase atual.

Há pouca margem para consensos possíveis em uma sociedade que não encontra consensos possíveis, cuja esperança reside em um perigoso retorno ao passado, trazendo de volta o assombro de governantes inspirados em regimes que se pensou extintos.

A solução possível com o fortalecimento do sistema de participação, nova forma de repartição do fundo público, concretização dos direitos amplamente professados pela fase social do constitucionalismo moderno e uma nova abordagem acerca das necessidades reais da sociedade (não apenas de cunho material) parece ainda ser um tabu que o modo de produção capitalista prefere não enfrentar.

É inquestionável que o neoliberalismo derrotou para o capitalismo o projeto civilizatório antagonista. Mas é igualmente inquestionável que esse mesmo neoliberalismo está totalmente exposto em sua essência, demandando minimamente à classe dominante sua reformulação ou substituição sob pena de não haverem dominados a dominar.

O isolamento e as aparências típicas da sociedade espetacular chegaram a tal ponto de êxito que deixaram a sociedade adormecida a qualquer chamado em prol de sua própria sobrevivência, em uma quadra temporal em que os diversos fatores críticos competem pelo protagonismo da destruição.

É frustrante concluir que não há respostas iminentes aptas a solucionar devidamente as questões tão sensíveis e profundas que estão postas. É igualmente frustrante constatar que a observação de Joseph Schumpeter de que o capitalismo somente seria derrotado pelo êxito de seus mecanismos mais destrutivos esteja se desenhando como o vitral de uma profecia apocalíptica.

REFERÊNCIAS



PROMOÇÃO











ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BONIFÁCIO, Robert. O declínio da democracia na América Latina: diagnósticos e fatores explicativos. **Revista de Estudios Sociales** [online]. Bogotá, n. 74, p. 41-57, 2020.

CHUEIRI, Vera Karam de; CAMARA, Heloisa Fernandes. (Des)ordem constitucional: engrenagens da máquina ditatorial no Brasil pós-64. **Lua Nova.** São Paulo, n. 95, p. 259-288, Ago, 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-64452015000200259&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de janeiro de 2021.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL TRONCO, José; MONSIVÁIS-CARRILLO, Alejandro. La erosión de la democracia. **Revista de Estudios Sociales** [online]. Bogotá, 74, 2020, p. 2-11.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O modo estatal global**: crítica da governança planetária. São Paulo: Xamã, 2013=

GARGARELLA, Roberto. La sala de máquinas de las constituciones: entre lo viejo e lo nuevo. Buenos Aires: **Nueva Sociedad**, n. 257, 2015.

HABERMAS, J. La inclusión Del outro estudos de teoria política. Barcelona: Paidós, 1999.

HELLER, Á. Teoría de las necessidades en Marx. Barcelona: Península, 1978.

MARX, Karl. **Contribuição à critica da economia política.** Trad. Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOUNK, YASCHA. **O povo contra a democracia:** porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Trad. Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SALES, Teresa. Caminhos da cidadania: comentários adicionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** V. 9, n. 25, p. 26-37. 1994

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pósmodernidade. 7.ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. Trad. Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: UNESP, 2017.=

TOCQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América**. Trad. Neil Ribeiro. 2.ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1987.









